

ANÁLISE DO DISCURSO CRÍTICA DE AMÍLCAR CABRAL NA LUTA PELA INDEPENDÊNCIA DA GUINÉ-BISSAU E CABO-VERDE (1973)

Fidel Quessana MBANA¹
Ana Paula RABELO²

Resumo: Presente trabalho analisa, por meio da Análise de Discurso Crítica (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, [1992] 2001; FAIRCLOUGH, [1992] 2001; 2003), o discurso político de Amílcar Cabral, proferido no dia primeiro de janeiro 1973, no período de luta pela independência da Guiné-Bissau e Cabo-Verde, com o objetivo de verificar como atuam os Modos de Operação Ideológica, doravante MOI, (THOMPSON, 2011), na construção de discursos contra hegemônicos sobre democracia, resistência e unidade na luta armada dos países acima mencionados. Para tanto, o trabalho buscou identificar apenas os MOI *Unificação e Legitimação*, quando associados aos discursos democracia, liberdade e independência; o de *Unificação*, quando associado ao de unidade, na perspectiva de Franco (2014): unidade na Guiné-Bissau, unidade da Guiné e de Cabo Verde, unidade dos movimentos pela independência; e o de Legitimação quando associado ao de resistência política, resistência econômica e resistência armada (CORDEIRO; DIAS; LAET, 2012). Constata-se uso recorrente dos Modos de Operação da Ideologia, *Legitimação e Unificação*, com vista a construir um discurso de resistência e a unidade interna do povo guineense, demonstrando a relevância de Amílcar Cabral na luta contra o regime fascista português.

Palavras-chave: Análise de Discurso Crítica; Modos de Operação da Ideologia; Discurso de Amílcar Cabral.

Abstract: This work analyzes, through Critical Discourse Analysis (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, [1992] 2001; FAIRCLOUGH, [1992] 2001; 2003), the political speech of Amílcar Cabral, delivered on January 1, 1973, in the period of struggle for the independence of Guinea-Bissau and Cape Verde, with the objective of verifying how the Modes of Ideological Operation, henceforth MOI, work (THOMPSON, 2011), in the construction of counter-hegemonic discourses on democracy, resistance, and unity in the armed struggle of the aforementioned countries. Therefore, the work sought to identify only the MOI Unification and Legitimation, when associated with the speech's democracy, freedom, and independence; the Unification, when associated with unity, from the perspective of Franco (2014): Unity in Guinea Bissau, Unity in Guinea and Cape Verde, Unity of movements for independence; and Legitimation when associated with political resistance, economic resistance and armed resistance (CORDEIRO; DIAS; LAET, 2012). There is a recurrent use of the modes of operation of ideology, Legitimation, and Unification, with a view to building a discourse of resistance and the internal unity of the Guinean people, demonstrating the relevance of Amílcar Cabral in the fight against the Portuguese fascist regime.

¹ Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem da Universidade Federal de Catalão – Goiás (PPGEL/UFCAT-GO). E-mail: fidelmbana10@gmail.com

² Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística da UFC –PPGL/UFC. Docente do curso de Letras –Língua Portuguesa, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – Unilab. Integrante do Grupo de Estudos Críticos em Discurso e Sociedade (Atmos/Unilab). Pesquisadora Pibic/CNPq. E-mail: anarabelo.p@unilab.edu.br

Keywords: Critical Speech Analysis; Struggle for independence; Amílcar Cabral.

Resumu³: Es tarbadju na analiza diskursu ku Amílcar Cabral fassi na dia 01 di janeiru di 1973, na tempu di luta pa independensia di Guiné-Bissau i di Cabo-Verde, ku objetivu di djubi kal ku kusas ku ta permiti odja “*Modos de Operação Ideológica*” di Thompson (2011), na konstruson o firmanta identidadi (ermondadi) i unidadi pa luta armada di paisis ku mensiondu riba. Pa kila tarbadju buska identifika so “*MOI Unificação e Legitimação*”, ora ki i asociadu ku discursu di democracia, liberdadi i independensia; di unificason, asin suma di unidadi, na perspectiva di Franco (2014): “*unidade na Guiné Bissau, unidade da Guiné e de Cabo Verde, unidade dos movimentos pela independência; e o de Legitimação quando associado ao de resistência política, resistência econômica e resistência armada*” (CORDEIRO; DIAS; LAET, 2012). I odjadu usu recorrenti di “*Modos de Operação Ideológica por Legitimação e Unificação*”, ku buska construi diskurso di resistensia i di unidadi interna di povu guineensi, tambí mostra relevansia di Amílcar Cabral na luta kontra regimi fascista di Portugal.

Palabra-tchabi: Analisi di Discursu Krítika; Modus di Operason Ideologika; Discursu di Amílcar Cabral.

Introdução

A República da Guiné-Bissau fica situada na costa ocidental do continente africano, fazendo fronteira ao norte com Senegal, e ao sul com Guiné-Conacri. Segundo Mendy (2012 *apud*, PEREIRA; VITTORIA, 2012, p. 292), até meados do século XIX, por 700 anos, a região que compreende o território da atual Guiné-Bissau fazia parte do reino Mandinga de Kaabu, tributário do Império do Mali, que foi “fundado pelo lendário guerreiro mandinga, Sundiata Keita, no século XIII”. Navegadores portugueses que desembarcaram na Guiné-Bissau no século XV, precisamente em 1446, sob o comando de Nuno Tristão, começaram a negociar terras com povos nativos. Nesse período, houve a tentativa imediata, mas não exitosa, de tomar o poder do reino de Kaabu. Durante um longo período histórico, os portugueses permaneceram lutando contra o reino, o que levou ao enfraquecimento político e econômico de ambas as partes (reino de Mali e colonizadores). Essa história de opressões e de resistências possibilitou novas demarcações das fronteiras, dando assim as vantagens aos poderes imperiais, consequentemente, domínio do atual território da Guiné-Bissau por Portugal até 24 de setembro de 1973, quando o país proclamou unilateralmente a sua independência, que só foi reconhecida por Portugal em 1974.

A Guiné-Bissau é um dos pequenos países do continente africano, com um território de 36.125 km². Além de território continental, país tem parte insular designada arquipélagos de Bijagós, que compreende 80 ilhas. Em termo administrativo é dividido em três províncias e oitos regiões administrativas. Província sul, com as regiões de Quinara, Tombali e Bolama; província Leste, regiões de Bafatá, Gabu, província norte, com as regiões de Cacheu, Oio e Biombo, e sector autónomo de Bissau. A economia do país depende principalmente da agricultura e da pesca. A castanha de caju é o maior produto de exportação, colocando o país atualmente em sexto lugar, em termos de produção de caju. O arroz é o cultivo básico de alimentação (NAMONE, 2014).

Muito rica em diversidade cultural e linguística, Guiné-Bissau permite que seu povo conviva com diversas culturas e realidades linguísticas. Pesquisas mostram que no

³ Tradução em língua guineense (crioulo guineense) língua da unidade nacional dos guineenses.

território guineense convivem, aproximadamente, entre trinta grupos étnicos (NAMONE, 2014) e 25 grupos étnicos (CASSAMA, 2014). As diversidades étnicas do país se devem às correntes migratórias que estendiam do Sudão (CASSAMA, 2014), e dos outros países africanos, sobretudo na época em que o império de Gabu exercia o seu poderio econômico antes da colonização europeia, como foi acima mencionado.

Neste século XXI, o país tem como principais grupos étnicos apresentado aqui, apenas em termos de números: Balantas, Fulas, Mandingas, Manjacos, Papéis, Mancanhas, Beafadas, Bijagós, Felupes, Balanta-Mané, Mansoanca-Cunante (NAMONE, 2014). Essas diversidades têm sido bem exploradas pelo movimento da libertação para alavancar projeto de luta pela independência da Guiné-Bissau e de Cabo-Verde, pois ao longo do período colonial as diversidades étnicas tratadas como um problema para unidade da luta o que, conseqüentemente, dificultava resistência ao imperialismo português. Cabral, por exemplo, pregava unidade entre grupos étnicos guineenses, assim como unidade entre guineenses e cabo-verdianos.

[...] fundamentos político-ideológicos, escritos por Amílcar Cabral, entre os quais: a unidade Guiné e Cabo Verde na luta pela independência e formação do Estado binacional após a independência e o combate à distinção étnica, visto como entrave ao projeto da unidade nacional. Sendo assim, a educação nas zonas libertadas teria como objetivo formar um Homem Novo, livre de qualquer tipo de dominação e comprometido com o desenvolvimento do país (NAMONE, 2014).

O projeto da unidade binacional funcionou durante a luta pela independência, porém, com a proclamação da independência de ambas as nações, esse projeto foi interrompido por questões políticas internas de cada uma das nações⁴. Importa dizer que os principais atritos se devem às influências ou participações dos cabo-verdianos nas administrações de colônias da, então, Guiné Portuguesa (Guiné-Bissau) muito antes das independências. Conforme Fernandes (2007, p. 99), durante as lutas de libertação surgiram movimentos nacionalistas com dois propósitos: “combater o colonialismo português e ao mesmo tempo os cabo-verdianos vistos como agentes colaboradores do colonialismo português na Guiné-Bissau”. Ou seja, um movimento contrário ao da unificação.

Este trabalho concentrar-se-á no processo de luta pela independência, por meio da análise do último discurso oficial proferido por Amílcar Cabral, alusivo ao festivo do novo ano de 1973. Nesse discurso, Cabral traz um balanço do processo da luta armada e propõe passos a seguir após a proclamação das independências da Guiné-Bissau e de Cabo-Verde. Para análise dos dados aplicar-se-á a ADC (Análise do Discurso Crítica), tendo como principais teóricos Fairclough (2001; 2003) e Resende e Ramalho (2006), além de Thompson (2011), que trata do conceito de ideologia.

Sobre a metodologia

A presente pesquisa interpretativista, que tem a ADC (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 2001 [1999]; FAIRCLOUGH, 2001 [1992]; 2003) como teoria e método utiliza o enquadre metodológico de Chouliaraki e Fairclough (2001), com ênfase no item dois: análise de conjuntura, análise da prática particular e análise do discurso. No que diz respeito à análise do discurso, o significado representacional é priorizado no estudo

⁴ A dissertação do mestrado em Estudos Africanos de Fernandes (2007), da Universidade de Porto, Portugal, intitulada “Guiné-Bissau e Cabo-Verde: da unidade à separação”, desenvolve esta questão minuciosamente.

realizado. Vale destacar que o enquadre metodológico propõe uma análise a partir de cinco movimentos: a) percepção de um problema relacionado à assimetria de poder; b) obstáculos a serem superados (análise de conjuntura, análise da prática particular, análise do discurso); c) função do problema na prática; d) possíveis modos de superar os obstáculos; e) reflexões sobre a análise, como pode ser visto no quadro a seguir:

Quadro 01 – Enquadre metodológico de Chouliaraki e Fairclough (2001)

1) Percepção de um problema relacionado à assimetria de poder		
2) Obstáculos a serem superados	(a) análise de conjuntura	(i) prática relevante (ii) relação de discurso com outros elementos da prática.
	(b) análise da prática particular	
	(c) análise de discurso	(i) significado acional (ii) significado representacional (iii) significado identificacional
3) Função do problema na prática		
4) Possíveis modos de superar		
5) Reflexões sobre a análise		

Fonte: (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 2001)

Nesta pesquisa, analisamos apenas o significado representacional com o objetivo de correlacionar os discursos presentes no pronunciamento de Amílcar Cabral e os Modos de Operação da Ideologia. Em diálogo com Fairclough (2001 [1992], p. 101), a análise da prática particular dialoga com o modelo tridimensional da ADC. Na análise da prática particular, consideramos duas categorias: práticas sociais e texto. Quando optamos por práticas sociais, avaliamos a necessidade de considerar tanto a hegemonia, quanto a ideologia.

Sobre as etapas da pesquisa

Para análise crítica dos dados, aplicou-se a Análise do Discurso Crítica (ADC) de (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 2001 [1999]; FAIRCLOUGH, 2001 [1992]; 2003). No que se refere à análise das práticas sociais e compreensão das relações de hegemonia, foi realizada uma pesquisa bibliográfica e documental, a partir dos textos e documentos que tratam da luta armada pela independência de Guiné-Bissau e Cabo-Verde, assim como os que descreveram a contribuição de Amílcar Cabral nessa luta. E, a seleção das referências bibliográficas que compõem este texto foi feita de forma qualitativa.

Para análise da ideologia, a pesquisa adota dois dos cinco Modos de Operação da Ideologia, de Thomson (2011), como justificado a seguir. Conforme o autor, esses cinco modos de operação ideológica, que podem operar na busca de estabelecer e sustentar relações de dominação, através de estratégias de construção de formas simbólicas. Esses modos podem se manifestar por *Legitimação*, *Dissimulação*, *Unificação*, *Fragmentação* e *Reificação*. E cada um desses modos tem as suas estratégias típicas de construção

simbólica. Foram analisados apenas os modos de operação ideológica por *Legitimação* e *Unificação*.

A escolha de apenas dois modos de operação ideológica se deve a dois fatores. O primeiro diz respeito à necessidade de um recorte metodológico, dado a riqueza da análise caso todos os MOI fossem considerados. O segundo está relacionado à associação que estabelecemos entre os MOI e as questões que estão diretamente relacionadas com o fato histórico da luta armada para independência da Guiné-Bissau e de Cabo-Verde, a partir do discurso praticado pelo Amílcar Cabral (1973).

Busca-se associar três linhas argumentativas para identificar a *Unificação*, a partir da proposta de Franco (2014)

a) unidade na Guiné Bissau;
b) unidade da Guiné e Cabo Verde;
c) unidade dos movimentos pela independência para a conquista de apoios de movimentos, partidos e organizações intercontinental e intracontinental, com destaque para o Movimento Anticolonialista (MAC).

Analizamos a *Legitimação* por meio da identificação da busca de discursos de resistência política, econômica, cultural ou armada (CABRAL *apud* CORDEIRO, DIAS & LAET, 2012, p. 90), identificando contextualização explícita ou implícita.

Quadro 03 – Quadro metodológico para análise de modos de operação ideológico

Unificação	Legitimação	Ambos
a) unidade na Guiné Bissau	Resistência política	Democracia
b) unidade da Guiné e Cabo Verde	Resistência econômica	Liberdade
c) unidade dos movimentos pela independência para a conquista de apoios de movimentos, partidos e organizações intercontinental e intracontinental, com destaque para o Movimento Anticolonialista (MAC)	Resistência cultural	Independência
	Resistência armada	

Fonte: Quadro de autoria dos pesquisadores

Os conceitos de democracia, liberdade e independência foram identificados nos dois modos de operação ideológica a que nos propomos investigar: *Legitimação* e *Unificação*. Identificamos que outros MOI (Modos de Operação Ideológicas) concorrem com aqueles que analisamos, mas não serão foco de nossa análise, como veremos na análise.

Contextualização histórica do processo de independência de Guiné-Bissau: uma breve análise de conjuntura

A independência da Guiné-Bissau é marcada por um longo processo de dominação rompido pela resistência de povos nativos somente no século XX. Nos anos 1930, o regime salazarista pregava supremacia racial e civilizatória, para tal, se publicou o “Acto colonial” como forma de legitimar a sua ideologia política colonialista. Consoante artigo 2º do Acto Colonial “é da essência orgânica da nação portuguesa desempenhar a função histórica de possuir e colonizar domínios ultramarinos e de civilizar as populações indígenas que nele se compreendam exercendo também a influência moral que lhe é adstrita pelo Padroado do Oriente” (ACTO COLONIAL, 1933, p. 35). O regime defendia ser o legítimo detentor e administrador de todas as colônias “ultramarinas”, negando autonomia política, cultural, religiosa e independência dos povos nativos das ex-colônias.

Aqueles que não renunciaram às suas culturas, práticas religiosas eram vistos como não assimilados ou “civilizados”. Conforme Namone (2014, p. 43), “Estatuto do Indígena”, aprovado pelo Decreto-lei de 20 de maio de 1954, estabelece seguintes:

São considerados indígenas os indivíduos da raça negra e os seus descendentes que nasceram ou vivem habitualmente na província, sem possuir ainda a instrução e os costumes pessoais e sociais indispensáveis à aplicação integral do direito público e privado dos cidadãos portugueses a (ALMEIDA, 1981 *apud* NAMONE, 2014, p. 43-44).

Para adquirir tal “estatuto de assimilado” e poder ser considerado cidadão “português”, os negros africanos teriam que renunciar as suas culturas e preencher seguintes requisitos:

Ter 18 anos completos; Ler e escrever corretamente em português; Ter profissão ou renda que lhe assegurasse o suficiente para prover às suas necessidades e do número de familiares; Ter bom comportamento, uma vida correta e possuir a instrução e os costumes indispensáveis à aplicação integral do direito público e privado dos cidadãos portugueses; Não estar inscrito como refratário ao serviço militar e não ter desertado (ALMEIDA, 1981 *apud* NAMONE, 2014, p. 44).

Além dos critérios anteriormente mencionados, o negro que adquirisse o “estatuto de assimilado” deveria ainda comprovar que tem na sua casa: “uma mesa de jantar, cadeiras, pratos, colheres, facas, garfos e demais objetos da vida ‘civilizada’, bem como a fotografia do presidente da república portuguesa exposta em lugar de destaque (MENDY, 1994; NAMONE, 2014, p. 44). O número de assimilados era muito reduzido, pois representava humilhação e negação dos direitos dos povos nativos, até porque o acesso à escola era bastante raro. E os povos nativos reclamavam a autodeterminação da sua liberdade e sua independência política, econômica e cultural.

Com fim da 2ª Guerra Mundial e independências de alguns países africanos, sobretudo das colônias francesa e inglesa, vai-se acelerar a discussão sobre descolonização total do continente africano, especialmente das colônias portuguesas. Conforme Fernandes (2007, p. 15), a Assembleia Geral das Nações Unidas adotou em 1960, a Resolução nº 1514 – intitulada “Declaração sobre a concessão de independência aos países e povos coloniais”, que defende a descolonização, e reconhece aos povos colonizados o direito à autodeterminação encarado como direito fundamental.

Ainda de acordo com Fernandes (2007, p. 15), no parágrafo 2 da resolução: “[...] todos os povos sujeitos à administração colonialista têm o direito de livremente escolher o seu estatuto político e alcançar um desenvolvimento econômico e social”. Nas colônias administradas pelo regime fascista português, essa resolução não foi respeitada, o que implicou na permanência do domínio português nas esferas: política, militar, econômica e cultural. À medida que aumentam pressões dos movimentos de libertação das colônias portuguesas em África e a exigência da comunidade internacional sobre descolonização, o regime salazarista recorre à estratégia constitucional para não apresentar os relatórios sobre suas colônias na Assembleia Geral das Nações Unidas - ONU (FERNANDES, 2007). A estratégia salazarista não passou incólume, ela foi denunciada pela liderança dos movimentos de libertação, particularmente, Amílcar Cabral.

Amílcar Cabral, num panfleto publicado em Londres em 1960, escrevia: a quando da adoção da carta das Nações Unidas que concebia a todos os países o direito à autodeterminação, a constituição portuguesa foi alterada apressadamente. O termo colônia foi substituída por território ultramarino

(aliás província), permitindo assim a Portugal proclamar que não tinha colônias e não podia, portanto, apresentar relatórios sobre os seus territórios africanos (FERNANDES, 2007, p. 20).

Diante dessa estratégia do regime salazarista, constata-se a incapacidade do regime de aceder a independências das colônias por via diplomática ou negociação pacífica. Na próxima seção trataremos de uma breve contextualização histórica da libertação política, econômica e cultural da Guiné-Bissau.

Guiné Bissau⁵: povo e governo durante a luta pela independência

Com a dominação, subjugação e escravização dos nativos guineenses pelo império português, ocorreram várias ações de resistência dos nativos, porém essas resistências não eram formadas em blocos unificados, isto é, cada grupo étnico ou região resistia às opressões de forma isolada. A ausência de uma estratégia em rede inviabilizou o êxito contra o império português. Já mais ou menos a partir dos anos 1950, começaram a surgir os movimentos que reclamavam a independência e suscitaram a necessidade de fazer uma luta unificada.

Para compreender esse processo de luta dirigido pelo Amílcar Cabral, doravante AC, torna-se necessário conhecer sua trajetória profissional, o que inclui o surgimento do movimento de libertação (PAIGC), e a sua participação na Casa dos Estudantes do Império (CEI), pois foi nela que os estudantes oriundos das ex-colônias debatiam questões concernentes às suas terras e amadureciam as ideias de luta pelas independências das ex-colônias portuguesas em África. Segundo Cordeiro et al. (2012), a Casa dos Estudantes do Império (lugar de pouso, repouso e festas) era frequentada por estudantes da colônia portuguesa, “incluindo os estudantes africanos que faziam parte do MUD-Juvenil (Movimento da União Democrática Juvenil), entre os quais Mário Pinto de Andrade, Agostinho Neto, Amílcar Cabral, Vasco Cabral e Marcelino dos Santos” (CORDEIRO; DIAS; LAET, 2012, p. 83).

A CEI foi um lugar propício para estudantes de diferentes colônias do continente africano debaterem sobre as situações das suas terras e possíveis soluções para as independências, conseqüentemente, fim da colonização portuguesa. Conforme Cordeiro, Dias e Laet, (2012, p. 83), Centro de Estudos Africanos (CEA) foi fundado por estudantes africanos em Portugal, em 1951. Nesse centro, eles se encontravam para proferir palestras sobre problemas da África, assim, esse centro torna-se um ambiente profícuo para reflexões teóricas que vão subsidiar reflexões políticas e culturais germinadas em movimentos sociais que, posteriormente, vão liderar as lutas armadas para as independências das ex-colônias portuguesas: Angola, Cabo-Verde, Guiné-Bissau (Guiné Portuguesa), Moçambique e São Tomé e Príncipe.

Ao regressar a Bissau, Amílcar Cabral começou a exercer as suas funções no posto Agrícola Experimental do Pessubé, em Bissau, trabalhando no sentido de melhorar as condições dos camponeses. Nesse período, Cabral exige das autoridades melhores condições de trabalho e materiais necessários para que o Posto possa realizar os seus trabalhos (CASSAMA, 2014, p.47). Ainda segundo o autor citado, em 1953, Cabral foi encarregado de fazer o recenseamento das populações. Ele percorre todo o território da Guiné-Bissau, tendo como objetivo a realização do recenseamento agrícola, e este trabalho lhe deu a oportunidade de realizar um estudo aprofundado das condições agrícolas locais. E, em 1954, publicou no Boletim Cultural da Guiné Portuguesa (Guiné-Bissau), um estudo intitulado “Acerca da utilização da terra na África Negra”.

⁵ Oficialmente, nesse período o país era denominado Guiné Portuguesa.

Depois de reconhecer a importância de investimento nas colônias, Cabral cria, em 1954, uma associação desportiva e recreativa, contudo, o papel político do clube leva ao seu fechamento e ao “cancelamento da sua residência permanente na Guiné-Bissau, tendo obtido somente uma autorização para [visitar] a mãe e a família uma vez por ano” (CASSAMA, 2014, p. 50). Após uma investigação sobre a ação de Cabral, ele foi transferido para trabalhar em Angola. De acordo com Franco (2014, p. 11), o relatório do PIDE de novembro de 1957 revela que o governo de Lisboa concedeu a Cabral um passaporte, que revelam as frequentes viagens para França e Alemanha, o que possibilitou a “tecer uma rede de articulações políticas, além de garantir as ligações entre os movimentos clandestinos que atuavam em Angola com os seus pares em Paris, Frankfurt e Berlim” (FRANCO, 2014, p. 11), bem como internacionalizar a ideia da necessidade da independência da Guiné-Bissau e do Cabo-Verde.

Conforme Cassama (2014) e Namone (2014), em 1956, numa reunião clandestina, Cabral e alguns companheiros fundaram, em Bissau, o Partido Africano Para Independência da Guiné e Cabo-Verde (PAIGC), inicialmente, Partido Africano Para Independência (PAI), cujo interesse de um lado, era unificar os povos dessas duas nações para a luta pelas suas independências. E de outro lado, estabelecer diálogo com os países que defendem a ideologia contrária a do regime ditatorial português, com vista a obter apoios materiais e financeiros para sustentar o projeto de luta armada (NAMONE, 2014).

Com projeto de unificação étnica e construção de uma identidade nacional, segundo Namone (2014, p. 23), Cabral afirma que “há 10 anos, nós éramos Fulas, Manjacos, Mandingas, Balantas, Papéis e outros [...] agora somos uma nação de guineenses”. Segundo o modo de operação ideológico *Unificação* (THOMPSON, 2011), (que descrevemos na metodologia) trata-se da unidade que interliga os indivíduos numa identidade coletiva, o discurso de Cabral cria um elo entre os diferentes a partir de uma bandeira de luta, possibilitando, segundo Namone (2014), mobilizar os diferentes grupos étnicos da Guiné-Bissau contra a política portuguesa.

Conforme Franco (2014, p. 11), Amílcar Cabral participou na II Conferência dos Povos Africanos, que se realizou em Túnis, de 25 a 30 de janeiro de 1960, sob o pseudônimo de Abel Djassi. Nessa conferência, Amílcar Cabral denunciou o regime salazarista. As resoluções dessa II Conferência, no que diz respeito às províncias africanas sob dominação portuguesa, podem ser resumidas em cinco pontos principais:

Condenação da política colonial portuguesa e denúncia da repressão sistemática sofrida pelos movimentos nacionalistas; reafirmação do direito das populações das províncias portuguesas à independência, determinando o apoio incondicional dos Estados africanos independentes; exigência da libertação imediata de todos os prisioneiros políticos em Angola, Moçambique, Guiné, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe; convocação para que as organizações membros da Conferência promovessem, durante o ano de 1960, jornadas de solidariedade a favor dos territórios sob dominação portuguesa; solicitação ao Comitê Especial das Nações Unidas, encarregado de estudar a questão dos territórios não autônomos, para que levantasse o problema da descolonização e da independência dos territórios sob dominação de Portugal. (FRANCO, 2014, p.11).

Conforme aponto Franco (2014, p. 10), a noção de unidade no pensamento de Amílcar Cabral apresenta três acepções: “unidade na Guiné; unidade da Guiné e Cabo Verde; unidade dos movimentos pela independência para a conquista de apoios de movimentos, partidos e organizações intercontinental e intracontinental, com destaque para o Movimento Anticolonialista (MAC)”.

Após a fundação do Partido Africano Para a Independência da Guiné e Cabo-Verde (PAIGC) e a constante articulação com as organizações internacionais e países africanos independentes, assim como os das colônias portuguesas e países do bloco socialista, deu-se início a luta armada para independência da Guiné-Bissau, no 23 de janeiro de 1963, no quartel de Tite (JOSÉ MATOS, 2015, p. 5). A partir desse momento, o PAIGC começou a alargar, paulatinamente, os ataques aos quartéis portugueses, contudo não dispunha de recursos materiais suficientes, mas à medida que a guerra perdura, ele vai recebendo apoios logísticos e materiais dos parceiros internacionais.

Para conter a força dos guerrilheiros nacionalistas, o regime salazarista aumentou os seus exércitos e materiais bélicos, como forma de poder neutralizar a força nacionalista e evitar rebeliões nas outras colônias. Porém o PAIGC conseguiu em poucos meses somar várias vitórias, o que contribuiu bastante para enfraquecer o poder político e militar das tropas portuguesas, bem como abater psicologicamente os soldados que estavam no *front*, e, ao mesmo tempo, fortalecer as forças nacionalistas, dando-lhes esperanças (CORDEIRO, DIAS, LAET, 2012).

Com sucessivas conquistas do PAIGC, o Governo do regime fascista português decidiu nomear um novo governador na Guiné-Bissau (Guiné Portuguesa), que defendia que a guerra fosse vencida pela força de razão. Força essa que não passa de um malabarismo bem elaborado para iludir o povo guineense.

A força da razão (para além da força bélica) preconizada por António Spínola, general do regime português, visava conquistar apoios das populações, através da política “*Por uma Guiné Melhor*” que proporcionava o investimento social, econômico e cultural, e ao mesmo tempo intensificava os bombardeamentos nas zonas libertadas, com vista a neutralizar as forças nacionalistas. Conforme Cordeiro, Dias e Laet (2012), o projeto do Spínola se baseava na construção de escolas, hospitais e estradas que nunca existiram. Iniciou-se uma campanha de alfabetização, organizaram-se cooperativas agrícolas e colocou-se dinheiro à disposição de alguns camponeses agricultores. Ironicamente, Amílcar Cabral definia este projeto de Spínola como a ‘*política de sorriso e de sangue*’. Percebe-se que ao longo do comando do Spínola na Guiné Portuguesa, ele procurou várias formas de negociar a guerra, para que Portugal não saísse derrotado militarmente. Para tanto, Spínola propõe a criação da federação luso-africana, sob a direção de Portugal (CORDEIRO, DIAS, LAET, 2012).

A outra iniciativa do Spínola visava a realização dos referendos nos territórios coloniais, de forma a saber se as pessoas queriam preservar os seus laços com a metrópole, tornando-se membros da comunidade lusíada, ou não. Mas os movimentos da libertação recusam essa proposta, haja vista que a sua realização estará sob direção do regime salazarista, e pode ter consequências negativas, mantendo assim a supremacia dos portugueses nas colônias. Conforme aponta Woollacott (1983), em 2 de maio, o líder do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), Agostinho Neto, declarou: “Rejeitamos as conclusões do general Spínola. Nenhum movimento de libertação poderá alguma vez aceitar o projeto de federação dos territórios africanos com Portugal [...]. Queremos a nossa independência completa. [...]. Combatemos o sistema, mas não lutamos contra o Povo Português” (WOOLLACOTT, 1983 p. 1143).

As iniciativas do Spínola foram recusadas pelos MPLA e PAIGC, assim como outros movimentos de libertação das colônias portuguesas, visto que os objetivos das lutas eram a independência e autonomia do povo africano. De novo, Spínola não obteve sucesso com a sua política obscura. As resistências vivenciadas nesse período evidenciaram que a luta se estabelecia contra o regime salazarista e não contra o povo português.

Luta de classes, Independência e Democracia

A luta de classes tem sido um fenômeno social que tem marcado (e marca ainda) a história moderna, com algumas semelhanças e outras peculiaridades de acordo com as realidades sócio-históricas de cada tempo e espaço. Falar de lutas de classe na Europa das décadas 60 e 70, por exemplo, não é o mesmo que falar de luta de classes na África, sobretudo nos países (colônias) sob dominação imperialista ocidental.

Conforme Losurdo (2015), a luta de classes não é somente o conflito entre classes proprietárias e trabalho dependente, é também a “exploração de uma nação por outra”, como denunciava Marx. No que concerne à luta de classe no continente africano, conforme Nkrumah (2018, p. 24) “Uma destas distorções sugeria que a luta de classes, existente em outras partes do mundo, não se verificava em África”. Partindo dessa concepção, entende-se que é errôneo afirmar que a África pré-colonial não tinha a luta de classe.

Apesar dos processos vivenciados nos dois continentes serem distintos e muito pouco sobre o registro das formas de organização social dos povos do continente africano ser conhecido, faz-se necessário reconhecer que, segundo Nkrumah (2018, p. 27), “muito antes do começo da era colonial, a África, cujo desenvolvimento econômico é desigual, possuía sistemas políticos muito complexos”. Assim, ao mesmo tempo em que existiam sociedades comunitárias igualitárias e tradicionais, também existiam sistemas complexos onde disputas pelo poder eram explícitas (NKRUMAH 2018, p. 24) e, desta forma, a existência de disputas sociais no continente africano pode ser associada às lutas de classe da Europa.

A luta de classes presente no continente africano foi intensificada, após a independência dos países. Isso se deve ao desenvolvimento da burguesia africana sob influência colonial. Segundo Nkrumah (2018, p. 30), “a luta de classes na África foi dirigida, a princípio, contra o imperialismo, e não contra a burguesia local. Foi isto que retardou o despertar das massas africanas, impedindo-as, por essa forma, de compreender mais cedo que a burguesia local era seu real inimigo”. Conforme autor acima citado, essa burguesia local se refere à classe burguesa africana que se beneficiava do colonialismo. De acordo com Fanon (1968, p. 124), a burguesia local ou nacional, que toma o poder no fim do regime colonial, é uma burguesia que “tem uma psicologia de homem de negócios e não de capitães de indústria”. Em outras palavras, por mais que a burguesia local tenha poder econômico e político, não possui conhecimento tecnológica na mesma medida que a burguesia colonial, sendo necessário utilizar-se do papel de intermediadora para solicitar ajuda para a solução de demandas locais. Essa conexão entre a burguesia local e a colonial traz benefícios financeiros e políticos para ambas, pois mantem o poder da elite local e mascara a dominância colonizadora da burguesia portuguesa.

A luta pela independência nacional foi uma das lutas árduas, pois ceifou vidas de muitas pessoas, e quem sobreviveu pode ter tido mutilada alguma parte dos seus corpos, sem considerar as consequências econômicas, políticas, geográficas etc, por exemplo, a divisão territorial do continente foi efetuada de forma arbitrária, sem respeitar as relações tribais. A fragmentação das tribos tinha como objetivo estratégico de criar um ambiente desfavorável a revoltas políticas. Além disso, o colonialista empregava política separatista que incentivava as lutas tribais entre povos africanos conforme aponta o Frantz Fanon (1969):

A política brutal de repressão aliás oportunamente os gestos espetaculares de boa-vontade, as manobras de divisão, a "ação psicológica". Tenta de vez em quando e com 'êxito reativar as lutas tribais, usando provocadores, promovendo o que se chama a contra-subversão. O colonialismo empregará

para atingir seus objetivos duas categorias de autóctones. Em primeiro lugar, os colaboradores tradicionais: chefes, caídes, feiticeiros (FANON, 1969, p. 112).

Ao longo de período colonial assim como durante a luta de libertação das ex-colônias, os colonizadores têm pregado divisões étnicas no meio do povo africano, com vista a neutralizar quaisquer unidades, conseqüentemente, formação de movimento ou partido que desencadeasse a luta contra o regime imperial. Além disso, conforme Fanon (1969, p. 112), “opressor (colonizador) nunca perde uma ocasião de atirar os negros uns contra os outros”. Esses negros, subordinados e colonizados pelo regime colonial, acabam lutando ao lado do opressor contra os seus irmãos africanos. Para tal, o Fanon (1969), advertia a todo movimento de libertação a prestar a máxima atenção nesses indivíduos que ele denominou de “lumpen-proletariat”, que é um grupo de pequeno proletariado africano que viviam em condição precária e sob dependência colonial, vendo no colonizador a sua fonte de sobrevivência econômica e tendo alguns privilégios em relações aos demais povos escravizados. Pois, trata-se de trocas de favores, contudo, os “lumpen-proletariat” sempre se mantêm abaixo da pirâmide na relação com o colonizador. A submissão desse “lumpen-proletariat” funda-se psicologicamente naquilo que Césaire (1978, p. 55) designa de “complexo de dependência”.

Para evitar insurreição desse grupo e confronto tribal pregado pelo colonizador, no caso particular da Guiné-Bissau e Cabo-Verde, Cabral defendia uma descolonização total que poderia ser obtida pela luta e resistência. Conforme Cordeiro, Dias e Laet, (2012, p. 90), para Cabral, a “resistência significa destruir alguma coisa, para construir outra coisa”, isto é, destituir o sistema fascista português em toda a África, e implantar novo regime que unisse e respeitasse a diversidade. Para tal, Cabral defende que há quatro tipos de resistências a saber:

Existem quatro tipos das resistências: política, econômica, cultural e armada, que são respostas à opressão colonial portuguesa, sendo que cada forma de resistência serve como resposta a um tipo de opressão portuguesa”. Isso implica que, a resposta da opressão política é resistência política; opressão econômica, resposta: resistência econômica; opressão cultural, resposta: resistência cultural; opressão armada, resposta: resistência armada. (CORDEIRO; DIAS; LAET, 2012, p. 90).

É interessante pontuar que a resistência armada não foi o primeiro recurso utilizado pelo movimento de Cabral, houve tentativa democrática que pautava pela negociação, porém o regime ditatorial português não tinha cultura democrática, portanto, rejeitou a concessão da independência por via democrática. De acordo com Cordeiro, Dias e Laet (2012, p. 91), o PAIGC lançou apelos pacíficos e democráticos em que pedia as modificações das políticas sociais, e recebeu como “resposta o silêncio e uma repressão cada vez maior. Sete anos mais tarde, o partido decidiu tomar o rumo da luta: revolta armada”. Tudo isso era praticado em nome de uma civilização e cristandade conforme aponta (CABRAL *apud* CORDEIRO; DIAS; LAET, 2012, p. 92), com relação à “lei de civilização”, Cabral ironizou afirmando que, “se Portugal conseguisse ter uma ‘influência civilizadora’ sobre qualquer povo seria uma espécie de milagre, isto porque era um país subdesenvolvido com 40% de analfabetos e o seu nível de vida era o mais baixo da Europa”.

Entende-se que não se pode congratular com uma civilização que animaliza, tortura e ceifa vidas de milhares de africanos, e não admite diálogo e negociação em nome de uma superioridade racial, cultural e religiosa. Nesta ótica, os movimentos da libertação das ex-colônias portuguesas foram obrigados a recorrer à luta armada com intuito de

restabelecer os seus reconhecimentos e direito à independência e à liberdade dos seus povos.

Conforme aponta Nkrumah (2018), não se pode falar da independência dos países africanos sem que haja a liberdade dos povos africanos. Essa liberdade deve ser materializada na democracia, na qual o povo deve ter o direito de se expressar, de receber tratamento condigno, de eleger e de ser eleito para quaisquer cargos públicos ou privados da sua nação. Na seção subsequente, descrevemos as práticas sociais e discursivas (contra) hegemônicas.

Práticas sociais e discursivas hegemônicas: ideologia e hegemonia como método

Uma análise dos discursos, portanto uma análise do significado representacional, não poderia desconsiderar as práticas sociais e discursivas hegemônicas (FAIRCLOUGH, 1992; CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 2001) que se impõem em regimes autoritários. A luta de Guiné-Bissau e Cabo Verde, como muitas outras vivenciadas por países do continente africano, são lutas contra-hegemônicas, em que a ideologia é uma categoria de análise que precisa ser considerada.

Isso ocorre também porque a classe dominante busca convencer a classe dominada da vantagem de ter uma visão de mundo que a faça permanecer numa condição de subalternidade (um viés de discurso colonizador), sem que isso apareça com uma imposição ideológica, ao contrário, pareça ser algo espontâneo e natural, mantendo assim o *status quo* existente. Importa realçar que a hegemonia se sustenta em dois pilares: consentimento e a coerção (OLIVEIRA *apud* GRAMSCI, 2013, p. 38).

Segundo Oliveira (2013, p. 42), “o poder simbólico, instaurado por meio do discurso, é, na maioria das vezes, mais importante que poder de cassete e do fuzil na nossa contemporaneidade”. Pois, esse poder é obtido por meio do consentimento, que ora parece (de forma enganosa) espontâneo e favorável a todos envolvidos na luta ideológica.

A presente pesquisa optou por trabalhar com o conceito da ideologia proposto por Thomson (2011). Thompson (2011, p. 76) defende que “estudar a ideologia é estudar as maneiras como o sentido serve para estabelecer e sustentar relações de dominação”. Por essa razão, ele afirma que os fenômenos ideológicos são fenômenos simbólicos significativos desde que sirvam em circunstâncias sócio-históricas, para estabelecer e manter a relação de dominação. Thompson apresenta cinco modos de operação ideológica, que visa demonstrar como a ideologia pode operar para manter ou estabelecer a relação de dominação.

Quadro 03 – Modos de operação da ideologia, de Thompson (2011)

Modos Gerais	Algumas Estratégias típicas de Construção simbólica
Legitimação	Racionalização Universalização Narrativização
Dissimulação	Deslocamento Eufemização Tropo
Unificação	Estandarização Simbolização da unidade
Fragmentação	Diferenciação Expurgo do outro
Reificação	Naturalização Eternalização Nominalização/passivização

Fonte: Ideologia e Cultura Moderna, Thompson (2011, p. 81)

Ao propor esses cinco modos de operação ideológica, Thomson (2011) destaca que não são as únicas maneiras como a ideologia opera, isto é, a ideologia pode operar, em outras circunstâncias particulares, de outras maneiras. Também realça que não existe uma relação intacta ou intrínseca entre os modos de operação ideológica e respectivas estratégias típicas de construção simbólica. Isso se deve à particularidade de cada circunstância, dependendo do fato de forma simbólica, assim construída, estar servindo para manter ou subverter, estabelecer ou minar, a relação de dominação.

Entre os cinco modos de operação ideológica, neste trabalho, analisa-se apenas dois modos de operação ideológica: *Legitimação* e *Unificação* - pelo objetivo específico do próprio Amílcar Cabral em buscar uma estratégia política de unificação dos povos guineenses e cabo-verdianos numa luta legítima contra o império português. De acordo com Thompson (2001), o *modus operandi* da ideologia por *Legitimação* se refere à legitimidade em que um discurso se baseia para estabelecer e sustentar a relação de dominação, buscando conquistar a confiança do povo. Esse *modus* pode-se basear em três fundamentos: a *Racionalização*, na qual o produtor de uma forma simbólica constrói uma cadeia de raciocínio que procura defender, ou justificar, um conjunto de relações sociais, com vista a convencer ao seu público; a *Universalização*, na qual o produtor de discurso busca defender seus interesses, apresentando-os como interesse de todos, deixando aberto para aqueles que veem nele a possibilidade de ser bem-sucedido; e a *Narrativização*, que é a forma como produtor do discurso representa o mundo de sua ótica, e assim, justifica e sustenta suas ideologias.

Já para o *modus operandi* por *Unificação* é uma forma de unidade que interliga os indivíduos numa identidade coletiva. Pode-se manifestar em duas estratégias: a *Estandarização* ou *Padronização*, é utilizada com o propósito de troca simbólica na busca de uma linguagem padrão e identidade nacional. E a *Simbolização* da unidade é uma estratégia de construção simbólica na busca da unificação, cujo objetivo é difundir uma ideologia e uma identidade e identificação coletiva.

Se a linguagem se reveste de ideologia em suas mais diversas formas de manifestação, entendemos que, uma vez assumindo essa categoria de análise do discurso de Amílcar Cabral, proferido em 1973, será inevitável identificar a realização de distintos modos de operação ideológica, mas temos por hipótese que ocorrerão com maior frequência os modos de *Unificação* e *Legitimação*, como mecanismo para a construção de uma identidade pautada em parâmetros como a democracia, a independência e a liberdade, em seu amplo sentido. No item a seguir, apresentamos a análise.

Análise crítica do discurso de Amílcar Cabral

Organizamos a análise dos dados a partir de dois modos de operação ideológicos (*Unificação* e *Legitimação*), propostos por Thomson (2011). Assim, apresentamos duas subseções para analisar o discurso⁶ praticado por Amílcar Cabral: a) de resistência (AC, 1973), em que identificamos o modo de operação ideológico de *Legitimação* e; b) de unidade, em que identificamos a *Unificação*. Em seguida, trazemos mais duas seções com a descrição dos interdiscursos sobre independência e liberdade, bem como o de democracia, em que transitam tanto o modo de operação ideológico de *Unificação*, quanto o de *Legitimação*.

⁶ Disponível no seguinte endereço do YouTube: << <https://www.youtube.com/watch?v=5Te8mf1v3cc&t=250s>>>

Sobre resistência

A resistência dos povos guineenses contra o regime ditatorial português ocorreu durante o período de colonização, porém de forma segmentada/isolada, isto é, cada grupo étnico resistia contra as ações do colonizador, procurando salvar e proteger suas terras e populações, sem estabelecer uma articulação política com outros povos a fim de expulsar o colonizador. Uma atitude mais de defesa do que de confronto direto com aquele que invadia e se apropriava de terras e riquezas.

Conforme Franco (2009, p. 42), ao se referir à Conferência de Berlim em 1884/85, no contexto da partilha da África, o domínio colonial português estava longe de ser efetivado, inclusive o domínio do território guineense, pois, nessa região, havia sucessivas guerras travadas entre portugueses e nativos guineenses, dentre elas: contra fulas (1882); contra biafadas (1881/1882); contra os balantas (1891). Considerando que estamos analisando quatro tipos de resistência que os “nativos guineenses” empregavam contra “invasores portugueses” às formas de opressão brutal cometida pelos invasores portugueses – política, econômica, cultural e armada, conforme sugerido por (CORDEIRO; DIAS; LAET, 2012, p. 90), identificamos excertos que trazem discursos de resistência – significado representacional, conforme caracterizado em Fairclough (2001) – que se amparam em modos de operação ideológica, analisados no seguinte trecho:

[trecho 1 – resistências política e armada – AC] Nada, nenhuma ação criminosa ou manobra ilusionista dos colonialistas portugueses poderá evitar que o nosso povo africano, dono do seu próprio destino e consciente dos seus direitos e deveres [MOI: **Unificação**], dê esse passo transcendente e decisivo para a realização do objetivo fundamental da nossa luta: a conquista da independência nacional e a construção, na paz e na dignidade reconquistadas, do seu progresso verdadeiro, sob a direção exclusiva dos seus próprios filhos e sob a bandeira gloriosa do nosso partido [MOI: **Legitimação/Racionalização**].

No discurso de Amílcar Cabral (AC), a resistência contra a força imperialista portuguesa é apresentada como resistência armada (considerando a assimetria de força bélica), que visava reagir à violência armada do colonizador, “ação criminosa ou manobra ilusionista” dos colonizadores, que deve ser efetivamente combatida, com vista a expulsar o regime salazarista do território guineense e cabo-verdiano. Para legitimar seu discurso AC recorre a estratégia da *Racionalização* do *modus operandi* por *Legitimação*, apresentando o raciocínio lógico, que visa defender e justificar a necessidade de combater as ações criminosas dos colonialistas portugueses para que os guineenses possam ser livres de opressões, e ter direitos e deveres de viver numa nação independente, conseqüentemente, trabalhar para seu desenvolvimento efetivo. Para tal, AC reforça a legitimação no seguinte trecho:

[trecho 2 – resistência armada – AC] [...] não podemos esquecer nem um só momento que estamos em guerra e que o inimigo principal do nosso povo e da África, os colonialistas fascistas portugueses [MOI: **Fragmentação/Expurgo do outro**] alimentam [...] por meio de manobras as mais pífidas e de atos os mais bárbaros a criminosa intenção e a vã esperança de destruir o nosso partido, aniquilar a nossa luta e recolonizar o nosso povo. Por isso, a maior parte da nossa atenção e das nossas energias e dos nossos esforços deve ser dedicada à luta armada, à guerra, à ação completa das nossas forças armadas tanto nacionais como locais [MOI: **Legitimação/Racionalização e Universalização**].

O uso do *Legitimação* no discurso de AC ampara-se em duas estratégias: *Racionalização* e *Universalização*, uma vez que o autor descreve, para convencer, um conflito político real, do uso das forças armadas pelos colonizadores e a forma possível de reação dos colonizados: também “luta armada”, “guerra”, “ação completa das nossas forças armadas tanto nacionais como locais”. O discurso contra-hegemônico é um reativo às formas de violência do colonizador. No trecho sublinhado, identificamos também *Fragmentação*, referente a estratégia de *Expurgo de outro*, onde é apresentado um inimigo comum, que deve ser aniquilado. Ele cria uma gradação intensificando o grau de inimizade, primeiro apenas com o povo guineense, em seguida com todo a África e culmina com todo o povo negro, ao usar o termo “fascistas” (traz uma carga histórica simbólica do regime ditatorial português/salazarismo que oprimiam os povos colonizados). A referência à *Fragmentação* é pontual, uma vez que não é objeto de nossa análise. Contudo, faz-se necessário explicar o tratamento dado, pois AC retoma a categoria “fascistas” por nove vezes durante todo o texto ao se reportar aos portugueses.

As formas de opressão dos fascistas implicam em formas de resistência do povo da África. Desta forma, compreender o que é o fascismo e as formas de opressão faz parte da estratégia metodológica para descrever os modos de operação ideológicos que se realizam em discursos de resistência. Nesta ótica, de diálogo que se amplia para públicos cada vez maiores, AC propõe uma resistência binacional que, não se limitava apenas na fusão das forças étnicas nacionais guineenses, mas das duas nações irmãs (Guiné-Bissau e Cabo Verde).

[trecho 3 – resistência armada e política – AC] Por isso, devemos no decurso de 1973, pôr todas as nossas capacidades e possibilidades humanas e materiais em ação para intensificar ainda mais a luta em todas as frentes para tirar o maior rendimento dos homens, das armas e da experiência de que dispomos para dar golpes mais duros ao inimigo colonialista, aniquilando o maior número das suas forças vivas [MOI: Legitimação/Narrativização] [...] nenhum crime, nenhuma força, nenhuma manobra, demagogia dos criminosos agressores colonialistas portugueses será capaz de parar a marcha da História, a marcha irreversível do nosso povo africano de Guiné e Cabo Verde para a independência, a paz e o progresso verdadeiro a que tem direito [MOI: Unificação/Estandardização].

Do mesmo modo, como visto anteriormente, pode-se confirmar uso de *modus operandi* por *Legitimação*, no que se refere à estratégia de *Narrativização*, visto que o discurso remete a resistência coletiva, e leva aos povos de ambas as nações a reflexões críticas sobre os seus percursos históricos - o que contribui para legitimar a resistência, assim como a unidade, pois, de certo modo, ambos países compartilham um histórico semelhante. Para tanto, torna-se imprescindível a união e a resistência para a materialização do projeto de luta armada. Ainda nesta linha de pensamento, AC reforça a legitimidade e a unificação, por meio da *Estandardização*, à resistência, como ocorre também em “[...] nós, como outros povos que lutaram e venceram, continuaremos em luta sob todas as formas, o tempo que seja necessário, porque estamos na nossa terra e porque temos a certeza de vencer”.

A certeza da vitória é alimento para alicerçar profunda esperança das forças revolucionárias guineenses e cabo-verdianas, assim como dos seus respectivos povos e colaboradores internos e externos. A confiança na possibilidade de as nações subjogadas poderem e deverem lutar pelas suas “expressões políticas”, reforça a legitimidade do discurso praticado pelo Amílcar Cabral.

Sobre unidade na luta

Como visto na subseção anterior, as resistências dos povos guineenses contra a subjugação colonial na então “Guiné Portuguesa” eram feitas de forma separada. Cada etnia empregava os meios que dispõe para conter as ameaças e domínios do então império português. E de certa forma, alguns grupos étnicos obtiveram êxitos, porém à medida que o império adquiria arma bélica e intensificava as ações brutais contra nativos, estes vão se ceder devido falta de recursos bélicos para resistir. Conforme Franco (2009, p. 51) a “dominação legal” se deu na década de 1920, quando cessaram os principais movimentos de resistência em defesa da soberania das comunidades étnicas da Guiné, em decorrência das ações de “pacificação”. Dando assim, a maior amplitude ao governo português no domínio do território da “Guiné Portuguesa”.

Anos depois, com fim da Segunda Guerra Mundial e independências de alguns países africanos, vão surgir os movimentos de libertação da Guiné. Esses movimentos vão se apoiar numa visão de coletividade. Isto é, defender a resistência e luta pela independência da Guiné-Bissau. Buscando envolver todo povo guineense, com vista a obter maior adesão possível, sobretudo dos camponeses. A partir desse momento, vai se intensificar as ideias da unidade dos povos guineense e cabo-verdiano. É nessa perspectiva que, analisar-se-á a unidade no discurso praticado pelo Amílcar Cabral, em consonância com os dois modos de operação ideológica: *Legitimação* e *Unificação*.

[trecho 1 – unidade – AC] Na realidade, nós enfrentamos um inimigo bárbaro, que não tem o menor escrúpulo nas suas ações criminosas, que usa todos os meios para tentar destruir-nos onde quer que nos encontrem. Por isso, em que lutamos em nossa terra pelos direitos sagrados de nosso povo, a independência, a paz e o progresso verdadeiro, devemos nesse momento decisivo dar ao inimigo colonialista, racista, a ele, aos seus agentes e aos seus meios, golpes demolidores onde quer que se encontrem [MOI: Unificação/Simbolização de unidade]

Observa-se emprego de estratégia da *Simbolização* da unidade do *modus operandi* por *Unificação*, onde se busca unir todos os guineenses e cabo-verdianos a tomarem como inimigo comum, os colonialistas portugueses. A partir daí, se construiu e sustentou uma relação de unidade, com vista a combater o inimigo. Também ocorreu modo operação por *Fragmentação*, expurgo de outro. Esse *modus* colabora com a estratégia de simbolização de unidade, pois cria um inimigo comum a todos. No discurso praticado pelo AC, percebe-se a estratégia do expurgo de outro do modo de operação ideológica por *Fragmentação*, como forma de legitimar o seu discurso e, conseqüentemente, fortalecer a necessidade da unidade. Pode-se constatar que AC emprega vários adjetivos pejorativos tanto para denominar os colonialistas (inimigo bárbaro, sem escrúpulos, racista), assim como para designar as suas ações. Tudo isso, mostra que o inimigo pode ser considerado terrível e perigoso, sem nenhum espírito de humanismo, mas povos guineense e cabo-verdiano o venceriam por uma luta justa.

[trecho 2 – unidade – AC] Hoje, o nosso povo africano da Guiné dispõe, pois, de mais um órgão de soberania, a assembleia nacional popular. Esta será, de acordo com a constituição que estamos a elaborar, o órgão supremo da soberania do nosso povo na Guiné. Amanhã, com o desenvolvimento certo de luta, criaremos também a primeira assembleia nacional popular em Cabo Verde. E a reunião conjunta dos membros desses dois órgãos formará a assembleia suprema do povo da Guiné e Cabo Verde.

No trecho acima, AC reafirma o projeto binacional da unidade da Guiné e Cabo-Verde. E realça as conquistas do povo, generalizando. Isso visa criar e fazer com que todos os guineenses sentissem contemplados nos resultados alcançados. Percebe-se estratégia de *Simbolização* da unidade, visto que a Assembleia Nacional Popular (ANP) é apresentada como símbolo da unidade e da soberania do povo guineense. E mostra que a mesma criação será desencadeada em Cabo-Verde, em seguida a criação da assembleia suprema do povo da Guiné e Cabo Verde, que coordenaria o projeto da unidade binacional. Ainda para legitimar o projeto da luta e da unidade AC mostra a eficiência e adesão do programa tanto pelos países africanos, países anticolonialistas quanto pelas organizações internacionais. O que mostra que se trata de uma luta legítima e justa dirigida pelo movimento reconhecido no âmbito nacional e internacionalmente.

Ao longo do discurso de AC constata-se a busca em aproximar os diferentes grupos étnicos ao projeto da luta armada. Sabe-se que ao longo dos séculos, algumas etnias guineenses tinham enfrentado guerras étnicas, de certo modo, um ou outro beneficiou de apoio português. Então, unificar esses grupos étnicos não era tarefa fácil. Era necessário adoção de um discurso nacionalista, que sustenta unidade e respeito à diferença étnica.

Sobre liberdade e independência

Ao longo da guerra, as tropas portuguesas efetuaram vários bombardeamentos nas zonas ocupadas pelo PAIGC, assim como nos campos agrícolas e nas aldeias, estragavam várias colheitas e matavam civis, pois, os consideravam como suportes da luta dos guerrilheiros guineenses. Atitude essa que Cabral chama de covardia, no seu último discurso ao povo guineense, proferido no dia primeiro de janeiro de 1973, alusivo às festas do novo ano, esse discurso foi transmitido pela *Rádio de Libertação* (PRECIOSO, 2017, p. 350), e ele é o cerne da análise deste trabalho, foi proferido num momento em que, o PAIGC controlava a maior parte do território guineense, designadas zonas libertadas, enquanto o regime salazarista buscava usar todas as estratégias necessárias para a reconquistar essas zonas. Para tal, tinha uma política designada “*Por Uma Guiné Melhor*” (WOOLLACOTT, p. 1135), cujo objetivo era ganhar apoio popular e desestabilizar a força nacionalista (PAIGC), por meio de ações sociais, econômicas, culturais etc. para conquistar apoios dos todos grupos étnicos.

Ainda conforme último discurso de Cabral, naquele período as ilhas cabo-verdianas enfrentavam a crise econômica, que resultou em fome. Também algumas aldeias guineenses sofriam fome devido às ações criminosas das tropas portuguesas, que efetuavam bombardeamentos nas colheitas dos agricultores. Assim, no discurso, Cabral traz à tona, as atrocidades que estavam sendo desencadeadas pelo então governo português; e conquistas obtidas pelos povos guineense e cabo-verdiano no plano nacional e internacional, conforme Cabral, no seu último discurso. Em 1972, o PAIGC havia realizado eleições com voto universal e secreto nas regiões libertadas para a criação dos conselhos regionais e da primeira assembleia geral, estava sendo elaborada uma Constituição para Guiné-Bissau. Também apresentou os passos que serão seguidos num futuro próximo para materializar a proclamação das independências das duas nações irmãs.

No cerne do discurso em análise percebe-se forte manifestação de seguir o caminho imprescindível que pudesse levar o povo à liberdade e à independência. A partir desses pressupostos, AC procura legitimar (*Legitimação*) seu discurso por chamar a todos guineenses a se unir (*Unificação*) ao projeto da luta armada.

[trecho 1 – independência – AC] Vamos, no decurso deste ano, e tão cedo quanto seja possível e conveniente, reunir a assembleia nacional popular na Guiné para que ela cumpra a primeira missão histórica a que lhe compete, a proclamação da existência do nosso Estado, a criação do executivo para esse Estado e a promulgação de uma lei fundamental, a da primeira constituição de nossa história, a qual será a base da existência ativa da nossa nação africana. [...] pois como sabe seja qual for a importância de nossa ação armada, a nossa luta é fundamentalmente uma luta política que visa um objetivo político concreto: a independência e o progresso de nossa terra.

Neste trecho, constata-se estratégia da *Racionalização*, na qual AC apresenta de forma sequencial e lógica, os fatos que serão realizados pelo partido para materialização da independência. E, para defender e justificar seu raciocínio, AC realça a relevância e o objetivo da luta, que visa a obtenção da “independência e o progresso de nossa terra”. Nessa lógica, procura persuadir e convencer a todos guineenses a compactuarem com o objetivo do partido. Também se percebe a estratégia da *Universalização*, quando AC apresenta o objetivo da luta como sendo interesse de todos, e não do partido, particularmente.

No trecho subsequente se observa a ocorrência do modo de operação ideológica por *Legitimação*, através da estratégia da *Universalização*, como visto anteriormente, neste trecho, AC apresenta necessidade da independência e da liberdade como desejos de todos os africanos, particularmente, dos povos guineense e cabo-verdiano.

[trecho 2 – liberdade e independência – AC] Nós citamos, “a sua própria expressão política e social”. É isso, exatamente, o que quer o homem africano de Guiné-Bissau e Cabo Verde, mas nós chamamos a isso independência, quer dizer, a soberania total do nosso povo, no plano nacional e internacional, para construir ele mesmo, na paz e na dignidade, à custa dos seus próprios esforços e sacrifícios, marchando com os seus próprios pés e guiado pela sua própria cabeça, o progresso que tem direito, como todos os povos do mundo.

Interessa realçar que a universalização no discurso praticado pelo AC não se limita apenas nos contextos da Guiné e de Cabo-verde, mas a todo continente africano. Entende-se essa universalização/generalização como possível cosmovisão dos diferentes movimentos de libertação dos países africanos, em especial aqueles que circundam a ideia de libertação total do continente africano do imperialismo europeu. Ao longo do discurso de AC, verifica-se sete vezes as ocorrências de expressão “nosso povo africano”, sobretudo, no início do seu discurso. Mais do que uma convocação, há reafirmação de unidade na luta pela libertação da África.

Essa visão da África livre e independente pode ser comprovada no discurso de proclamação da independência de Gana, proferido pelo Kwame Nkrumah, ao defender que “nossa independência é carente de sentido se não for ligada à libertação de todo o continente africano (NKRUMAH, 2018, 14)”. Nkrumah vê a necessidade da independência de todos os países africanos, como condição primordial para que o continente pudesse exercer a sua soberania plena.

Sobre democracia

A democracia constitui um dos pilares fundamentais no qual se baseia a luta armada pela independência da Guiné e Cabo-Verde, que o então Governo fascista de Portugal carecia nas suas relações com ex-colônias. Prova disso, são várias tentativas que a liderança de AC realizou com vista a negociar a independência de forma democrática e diplomática, porém sem êxito (CORDEIRO, DIAS, LAET, 2012, P. 94). No discurso

praticado pelo Cabral, fica de certo modo explícito o caráter democrático da liderança do movimento da libertação, dos seus combatentes, assim como das populações envolvidas, que sabiamente conduziram e realizaram eleições livres, ordeiras e justas nas zonas libertadas.

[trecho 1 – democracia – AC] Em todos os setores de todas as regiões, as eleições decorreram num ambiente de grande entusiasmo por parte da população. Os eleitores votaram em massa pelas listas que haviam sido elaboradas, depois de oito meses de debates públicos e democráticos, em que foram selecionados os representantes de cada setor.

Para legitimar seu discurso, AC usa estratégia de *Padronização* com propósito de criar uma identidade coletiva entre todas as populações. E, o próprio movimento de libertação. A partir daí pretende-se ganhar apoio popular, pois o discurso evidencia a possibilidade de acolhimento e respeito ao direito de expressão e debates das ideias.

Considerações finais

Em conformidade com o exposto até aqui, percebe-se que Amílcar Cabral desempenhou um grande papel na unidade nacional dos povos guineenses e cabo-verdianos para a luta armada contra o então regime fascista português, mudando assim, o *status quo* existente nas colônias. Essa mudança vai-se efetivar com a proclamação da independência da Guiné-Bissau. Também vai contribuir para a profunda mudança de paradigma na política interna de Portugal. Isto é, a queda do regime ditatorial salazarista com a revolução de cravos no 25 de abril de 1974 (WOOLLACOTT, 1983 p. 1131), protagonizados por quadros oficiais portugueses derrotados na Guiné-Bissau, foram figuras essenciais para mudar o *status quo* existente naquele país. Concretizando assim, a visão de Cabral sobre fim da ditadura salazarista “Se a queda do fascismo em Portugal poderia não conduzir ao fim do colonialismo português [...] estamos seguros de que **a liquidação do colonialismo português arrastará a destruição do fascismo em Portugal**” [grifo nosso] (CABRAL *apud* PEREIRA; VITTORIA, 2012, P. 297). Foi o que aconteceu com a derrota dos militares salazaristas na Guiné-Bissau, que culminou com fim de fascismo em Portugal. A partir daí, as outras ex-colônias portuguesas em África, nomeadamente, Angola, Cabo-Verde, Moçambique e São Tomé e Príncipe proclamaram, paulatinamente, as suas independências e autonomias políticas. (WOOLLACOTT, 1983, p. 1138).

Ao longo da análise do discurso praticado por AC, constata-se uso recorrentes dos modos de operação ideológica por *Legitimação* e *Unificação*, com vista a construir a identidade e a unidade interna do povo guineense, em relação ao cabo-verdiano. Importa salientar que o projeto de Cabral não se limitava apenas na luta pelas independências dos territórios africanos, mas também a libertação física, social e cultural dos homens negros africanos. O trabalho traz contribuições que colaboram com a compreensão de que há necessidade de continuar a promoção da unidade e da identidade para o desenvolvimento de cada um dos Estados, sem exclusão de um dos seus cidadãos por questões étnica, cultural, religiosa, política etc.

Referências

CASSAMA, Daniel Júlio Lopes Soares, **Amílcar Cabral e a independência da Guiné-Bissau e Cabo Verde** / Daniel Júlio Lopes Soares Cassama – 2014.

- CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o Colonialismo**, 1ª edição, 1978. Livraria Sá da Costa Lda – Lisboa – 1978.
- CHOULIARAKI, Lilie; FAIRCLOUGH, Norman. **Discourse in late modernity: Rethinking Critical Discourse Analysis**. Edinburgh University Press: [1999] 2001.
- CORDEIRO, Roberto Sousa, DIAS, Altieres in LAET, Luciano, IV. **Resistências africanas ao domínio colonial português: um olhar sobre colonialismo e nacionalismo na guiné portuguesa** – 2012.
- Decreto-lei n 22:465. **Acto Colonial, 1930**. Paços do Governo da República, 11 de setembro de 1933.
- FAIRCLOUGH, Norman. **Analysing Discourse: textual analysis for social research**. New York: Routledge, 2003.
- FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social** / Norman Fairclough; Izabel Magalhães, coordenadora da tradução, revisão técnica e prefácio. - Brasília: Editora Universidade de Brasília. [1992] 2001.
- FERNANDES, Antero da Conceição. **Guiné-Bissau e Cabo Verde: da unidade à separação** [Dissertação de mestrado em Estudos Africanos]. Porto, 2007.
- FRANCO, Paulo Fernando Campbell, **Elites africanas: a prática social e política de Amílcar Cabral (1945-1973)**. Ed. ANPUDH-SP Santos – 2014.
- FRANCO, Paulo Fernando Campbell. **Amílcar Cabral: a palavra falada e a palavra vivida** [Dissertação do mestrado em História Social]. São Paulo, 2009.
- LOSURDO, Domenico, 1941- **A luta de classes** [recurso eletrônico]: uma história política e filosófica / Domenico Losurdo; tradução Silvia de Bernardinis. - 1. ed. - São Paulo: Boitempo, 2015.
- MATOS, José, **O início da guerra na Guiné (1961-1964)**. Revista Militar N.º 2566 - Novembro de 2015, pp 937 - 950.
- NAMONE, Dabana. **A luta pela independência na Guiné-Bissau e os caminhos do projeto educativo do PAIGC: etnicidade como problema na construção de uma identidade nacional** / Dabana Namone – 2014.
- NKRUMAH, Kwame; **Luta de Classes em África**. 2ª Edição. 2018. Conselho Editorial: União Reconstrução Comunista, 2018.
- OLIVEIRA, Luciano Amaral. **Estudos do Discurso: Perspectivas teóricas**, São Paulo, ed. Parábola, 2013.
- PEREIRA, Amílcar Araújo in VITTORIA, Paolo. **A luta pela descolonização e as experiências de alfabetização na Guiné-Bissau: Amílcar Cabral e Paulo Freire**. Est. Hist., Rio de Janeiro, vol. 25, nº 50, p. 291-311, julho-dezembro de 2012.
- PORTUGAL, **Acto Colonial**. Paços do Governo da República, 11 de abril de 1933
- PRECIOSO, Daniel. **O último discurso de Amílcar Cabral: um projeto de Estado binacional para Guiné-Bissau e Cabo Verde (1973)**. Revista de História, ISSN 1984-6150, Edição 24, V. 9, N. 2 (mai./ago. 2017).
- RESENDE, Viviane de Melo in. RAMALHO, Viviane. **Análise do discurso crítica** — São Paulo: Contexto, 2006.
- THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna: teoria social eritka na era dos meios de comunicação de massa** I John B. Thompson. 9. ed.- Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.
- WOOLLACOTT, John, **A luta pela libertação nacional na Guiné-Bissau e a revolução em Portugal** *Análise Social*, vol. XIX (77-78-79), 1983-3.º, 4.º 5.º, 1131-1155.

Submetido em 14 de julho de 2022.

Aceito em 21 de janeiro de 2023.